26 Criação & Crítica

EDITORIAL

SUPERAÇÃO E ABANDONO

Como seria (e o que significaria) um exercício de estranhar a teoria empenhada de Antonio Candido hoje? E para que serviria? Os textos reunidos neste dossiê apresentam respostas possíveis a essas perguntas, dialogando com uma chamada aberta que apostava num pensamento inacabado e impelido a estranhar a obra de Antonio Candido e seu modo de repor na cultura tanto uma tradição crítico-espiritualista da nacionalidade, com suas totalizações teleológicas, etapistas e evolucionistas, quanto uma acomodação rija da ficcionalidade, da invenção e da teoria. A convocatória pedia também que se desafiasse o processo de institucionalização acadêmico-universitária das humanidades e o desenvolvimentismo das letras no Brasil, confrontando o quadro de valores da obra candidiana a processos intelectuais provindos de escritores, ensaístas e críticos literários de diferentes extratos, países e linhagens. Buscava-se, assim, abertura para o jogo polêmico, para o confronto de perspectivas e para o debate efetivo com a diferença. Sem propósitos encomiásticos ou laudatórios, pedia-se que se fizesse um tipo de homenagem a Antonio Candido em que estivesse implicado o embate efetivamente crítico com seus textos, ações e ideias, no lugar de paráfrases, mimetismos ou performances de sua doxologia.

O que apareceu como resposta a essa proposição foi um conjunto de caracterizações diversas de um incômodo semelhante, o incômodo com a "metafísica da superação" (para usar a expressão empregada no artigo que abre o dossiê) recorrente no pensamento candidiano (e na sua reposição por críticos posteriores). Os textos a seguir realizam escrutínios variados das implicações e das consequências da onipresença dessa metafísica da superação na obra de Candido – nas leituras de autores que respondem, em contrapartida, à violência canonizante e sua determinação de valor, significação e condições de legibilidade; no problema do etapismo e em seus sintomas (como as noções de *primitivo* e *super-regionalismo*), cujo resultado ou propósito é fazer equivaler a crítica a um projeto político-cultural comprometido com ideologias desenvolvimentistas, ocidentalizantes e colonialistas que geram a exclusão de alteridades e regimes discursivos (ou sua inclusão neutralizante e hierarquizada), levando, no limite, ao etno- e epistemicídio; e, por fim, na invisibilização das próprias premissas teóricas como estratagema e modo de organização e autorreprodução do campo acadêmico-institucional.

Os textos dos autores que responderam à proposição de estranhar a teoria empenhada de Antonio Candido ilustram o que pode ser uma leitura da obra de Candido diferente da adesão voluntária ou inercial. Mesmo assim, ainda que haja aqui, de diferentes modos, estímulo à leitura da obra do crítico, não se tratava de estabelecer limites para o

gesto crítico, exigindo que, à maneira das figuras vistas como "fundadores de discursividade", o movimento fosse sempre e obrigatoriamente o de retorno à origem, provando que lá, na obra fundadora, mais complexa, mais matizada e mais sofisticada do que as leituras posteriores, já estariam presentes até respostas para quaisquer questões colocadas pelo porvir. Diferentemente disso, nos textos compilados neste dossiê, textos que apresentam graus variados de tensionamento com a obra de Candido, também aparecem indicações tanto daquilo que se configurou em confronto com a herança crítica candidiana (genealogias críticas alternativas) quanto daquilo que se manteve alheio à sua consolidação (práticas discursivas locais, subjetivações heterodoxas). Em outras palavras, no dossiê aparecem exercícios que buscam esboçar o custo para o campo e para o pensamento local da hegemonia que neles se cristalizou. Quando, por exemplo, no ensaio "Literatura e subdesenvolvimento", Antonio Candido afirma, com o tom de quem está repetindo uma obviedade, que "nunca se viu os diversos nativismos contestarem o uso das formas importadas, pois seria o mesmo que se oporem ao uso dos idiomas europeus que falamos", tamanha confiança só é possível graças ao apagamento prévio das línguas indígenas e africanas existentes no país.

Ao mesmo tempo, no que pode vir a ser uma fissura que permita atualizações críticas num campo mais expandido face à circunscrição da literatura no regime ainda marcado das letras, circulam por estas páginas novos ares. Fora do solo de hierarquias prévias, extrínsecas, distante também dos totemismos do literário e do nacional-popular, a proposta do dossiê procurava uma crítica mais ventilada, que pudesse inclusive combater o (auto)elogio complacente da especificidade da literatura e dos estudos literários. Nesse sentido, o momento é tão inoportuno quanto oportuno, como convém a um gesto crítico, cabendo aos leitores a avaliação de sua pertinência.

• • •

No primeiro artigo do dossiê – "A transfiguração do dragão e a sobrevida do regionalismo", de Maryllu de Oliveira Caixeta – a metafísica da superação candidiana é sugestiva da imbricação entre duas formas de síntese: a estética e a antropológica. O "feio-mau" a ser superado é, na chave do super-regionalismo candidiano, tanto o "atraso" do regionalismo literário (através da adaptação feliz de formas herdadas da Europa) como o "atraso" antropológico (pela desejada integração de todos no âmbito da "vida civilizada/moderna"). O artigo investiga, dessa forma, a categoria do super-regionalismo sugerindo que, no desejado salto do regional ao universal, o que se almeja é a "transfiguração do baixo ao elevado", "operação transfiguradora" cujo *telos* é "o pertencimento da literatura brasileira à ocidental".

Essa investigação se dá de forma engenhosa. Por meio de uma leitura densa de *Tutameia*, de João Guimarães Rosa, levando em conta especialmente o conto “Reminisção” como “alegorização pariodística” da chave candidiana da própria canonização de Rosa, o artigo ganha corpo em ramificações pela função do nome de autor na história literária brasileira, pela consideração dos efeitos do exótico em *Tutameia* e pela alegoria e paródia da história do regionalismo, iniciada no romantismo e consumada em dois momentos decisivos de seus pais transcendentais, o Machado realista e o Rosa-esteta total. É dessa forma que se apresenta a hipótese de que o conto “Reminisção”, transfigurando o “Drá(gão), um monstro, em objeto de culto, na alva, belíssima, futura Nhemaria” constitui uma “alegoria parodística” do próprio teor que consagrou e canonizou o nome de Rosa como autor do regional-universal. O nome Rosa ocupa assim, segundo observa Caixeta, “o lugar da morte do regionalismo”, ao mesmo tempo em que preserva o regional, humanizando-o pela “eliminação do que há de tosco, de indefinido, nas matérias brutas do regionalismo”, proporcionando ao leitor “a experiência de uma forma moderna inventada como reminiscência que ilumina coisas embrutecidas e dadas por mortas, superadas, nos discursos de modernização”. Esse seria o modo estético de compensar e superar um passado de atraso.

A partir daí, surge um diálogo subterrâneo de Rosa com a crítica nacional que se habituou a colar o seu nome ao universalismo de uma consciência transcendental. A autoria de Antonio Candido sobre o sentido inequívoco da *Aufhebung* rosiana acaba por revelar limites e constrangimentos da crítica e do método candidianos sobre a cultura formativa da literatura no Brasil. De imediato, aproxima a perspectiva de Candido sobre a “síntese da tradição regionalista” supostamente realizada por Rosa ao papel transfigurador atribuído ao romance de Machado de Assis, demonstrando como Candido se apoia no ensaio “Instinto de Nacionalidade”, e sua respectiva condenação do “nacionalismo superficial”, “pitoresco” e “exótico”, para consagrar em Rosa o que “há de humano, de sensível e de inteligível, em cada homem em todo o mundo”. O texto sugere ainda algumas implicações políticas e estéticas da “superação como transfiguração”, pois esta, com seu princípio de formalização “total, transcendental”, arquiva uma “babel de línguas extintas e emergentes na língua do colonizador” e institui a opressiva modernidade de um humanismo universal e ocidentalizado.

O artigo “A teoria desenvolvimentista do ‘super-regionalismo’ de Antonio Candido e o caso Arguedas”, de Gabriel dos Santos Lima, ainda que a partir de uma entrada diversa, também irá investigar a categoria do super-regionalismo em Candido. Lima explicita os débitos da categoria para com a teoria do desenvolvimento econômico promovida pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), sugerindo que Antonio Candido parece demandar que a literatura se empenhe na modernização do continente, ou seja, que propicie a integração do arcaico ao moderno, gerando sínteses capazes de superar impasses, conflitos e diferenças. A expectativa seria a da integração do local (a realidade do

atraso) ao universal (a forma europeia moderna), numa "dialética literária entre o telúrico e o cosmopolita" que ampliaria a conscientização acerca da necessidade de superação do subdesenvolvimento no continente. Para o autor, no ensaio "Literatura e subdesenvolvimento", "o esquema pressupunha uma literatura avançada em uma sociedade por avançar: uma teleologia de literatura e sociedade, cujo ponto de chegada seria a formação da cultura nacional nos moldes dos países ocidentais de capitalismo 'desenvolvido'".

Lima argumenta que o super-regionalismo de Candido encontra paralelo na narrativa transculturadora de Ángel Rama, pois ambos, inclusive em intenso diálogo, propugnavam a superação da conflituosa heterogeneidade cultural latinoamericana no sentido de uma integradora síntese moderna. "Dado o prestígio de Candido e Rama, tais ideias tornar-se-iam verdadeiramente modelares para os departamentos onde os amigos intelectuais atuavam. Particularmente nas universidades de São Paulo e Montevidéu, o modelo transculturador-super-regionalista funcionaria como nexo explicativo e orientador da historiografia, formando gerações de professores e críticos." Contudo, pergunta o autor: "não seria a ideologia desenvolvimentista, subjacente ao conceito do super-regional, pouco sensível a eventuais efeitos indesejáveis da modernização?" E acrescenta: "entendido o chamado 'folclore' – isto é, as culturas ou reminiscências culturais locais, não-modernas – como uma 'fase', [...] o que seria da 'fase' das culturas não-citadinas em uma nova era de desenvolvimento progressista? Ainda que incorporadas pelo romance super-regionalista, elas, *ipso facto*, teriam o direito de existir de outra maneira?" A resposta parece ser negativa, afinal, pois o *telos* da "metafísica da superação" orienta-se para o branco-ocidental-urbano, supostamente em etapa de desenvolvimento cultural superior. Ao estudar a obra de José María Arguedas, Lima explicita a insuficiência do modelo transculturador-super-regionalista como chave de leitura, justamente porque o escritor não participava de seus valores fundamentais. Ao invés do modelo elaborado por Candido e Rama, de orientação modernizante, o autor sugere, em sua conclusão, que a teoria do hibridismo do crítico peruano Antonio Cornejo Polar seria mais propícia para o tratamento dos "conflitos inerentes à modernização periférica".

"A questão do primitivismo e a representação dos povos indígenas em Antonio Candido", por Rodrigo Cardoso, revira a categoria de "primitivo" presente na produção historiográfica e crítica de Candido dos anos de 1950 a 1980, abordando os ditames de sua "representação" pela perspectiva da existência concreta dos povos indígenas na sociedade brasileira. Cardoso revela a presença de um índio vazio, sem fala, privado de pensamento e relação com o mundo e, portanto, condenado à mediação de um sistema literário que reproduz a fantasmagoria colonialista, genocida, etnocêntrica e racista. Embora Candido tenha constituído os *a priori* sociológicos da literatura em uma *efetiva interpenetração* do processo literário com a sociedade, a coerência desta correlação se viu ameaçada pelo argumento que ele mesmo utilizou ao definir sua perspectiva na distância e oposição à

vertente estruturalista dos estudos literários. Nesta havia, segundo afirmara, "amputação" das "conexões histórico-sociais". Criticando a "estrutura genérica, nunca específica, abstraída da realidade" à qual "muitos estruturalistas" se apegam, Candido suscita na verdade o caráter de outra amputação. A posição sustentada por Rodrigo Cardoso de um Candido "surdo e cego aos massacres e abusos sofridos pelos povos indígenas contemporâneos ao seu trabalho de crítico literário" sugere um Candido agindo contra a convicção das conexões sociais da literatura e da crítica. Cardoso afirma: "Candido não apenas se omite diante do genocídio contínuo perpetrado contra os povos indígenas, mas reproduz os discursos que fornecem argumentos para aqueles que desejam justificá-lo". E, assim, o autor demonstra como o componente formal-alienante da mediação literária, prevendo a ocidentalização e até um índio menos humano, constitui a amplificação perversa do poder apropriativo do sujeito-branco-universal que, na exotização e outridade, encarcera índios. Não estaria aí a possibilidade de, como diz o autor, acolher e discutir amplamente a autoria indígena de vozes multiplamente silenciadas, para também deslocar os termos da canonização crítica?

O próximo artigo – "Ainda sobre o direito à literatura", de Mariana Ruggieri – articula um conjunto heterogêneo e inesperado de questões, passando pelo rap brasileiro, disputas pela demarcação de terras indígenas, estudos etnográficos, comunicados zapatistas e debates na crítica literária brasileira contemporânea para voltar a discutir o texto "O direito à literatura" de Antonio Candido (cuja figura no artigo será desdobrada em várias, tensionando leituras homogeneizantes de sua obra). A partir do diálogo crítico com estudiosos como Irenísia Torres de Oliveira e Edu Teruki Otsuka, a autora sugere que a hierarquização das produções culturais (inclusive na atribuição de dominâncias à função social ou estética, conforme terminologia de Candido) mantém-se um dilema candente em nosso tempo, evidenciado na ambivalência e imprecisão de alguns dos debates críticos. Na segunda parte do artigo, o foco se desloca para movimentos que atravessam um texto de 2014 de Marília Librandi-Rocha ("A Carta Guarani Kaiowá e o direito a uma literatura com terra e das gentes", também uma releitura de Candido que discute a relação entre direito, terra e palavra), formulando a pergunta sobre diferentes concepções de futuro na literatura e na Carta Guarani-Kaiowá.

Já mencionado aqui, o problema da invisibilização da teoria em Candido será abordado diretamente em dois dos textos do dossiê, ambos repletos de intuições de longo alcance que poderão ser aproveitadas em estudos da obra de Candido e de seus comentadores. O primeiro deles, "Fora do eixo: notas feministas sobre a teoria de *Formação da literatura brasileira*", de Carolina Correia dos Santos, propõe uma leitura original – quantas abordagens feministas da obra de Antonio Candido já foram publicadas? – de *Formação da literatura brasileira*. Correia, a partir de textos e conceitos de Adriana Cavarero, Donna Haraway e Gayatri Spivak, dá um sentido novo à estratégia candidiana de

descomplexificação da sua própria teoria: “Candido expõe seus pressupostos teóricos sobretudo na ‘Introdução’ do livro, chegando a sugerir que sua leitura não é obrigatória àquele ‘que não se interesse por questões de orientação crítica’”. A ressalva, feita numa nota-de-rodapé, chama a atenção da autora: “É de se estranhar a crença de que ao leitor seja facultativo compreender a perspectiva adotada. Caso que reforça a acusação de Haroldo de Campos: ao julgar desnecessário o conhecimento dos propósitos que guiam sua narrativa, Candido supõe, mais ou menos conscientemente, não somente a objetividade do seu discurso, mas a conveniência da adoção do seu ponto-de-vista.”

O artigo é ainda atravessado por vários giros inesperados. A argumentação, de início próxima a Haroldo de Campos e Abel Barros Baptista, levará em seguida à observação de que os dois críticos, apesar de tudo, não estiveram dispostos a “abrir mão de uma linha (reta) de raciocínio que os vincula, inequivocamente, à literatura como um campo autônomo de estudo”. Em outro giro, Candido e Franco Moretti serão aproximados, de forma inusitada. O encerramento do texto, retomando as voltas diversas dadas pelo artigo, chama a atenção para a cumplicidade entre o desejo nacionalista e a figura do autônomo e autossuficiente sujeito moderno kantiano, ambos tensionados no artigo pelo conceito de *inclinação* de Cavarero: “A teoria de tendência doutrinária que subjaz a *Formação da literatura brasileira* se beneficiaria de menos centralidade e menos autonomia, de pender-se para fora do seu eixo.” Através da apresentação de sua imagem em negativo, o artigo expõe algumas das consequências da ausência da teoria pós-colonial e da teoria feminista na teoria literária brasileira.

De modo diverso, mas também tentando estranhar a prática crítica de Candido, o artigo “O que é que resiste, afinal, na resistência à teoria? (Historiografia literária, violência canônica, domesticação da alteridade)”, de Nabil Araújo, percorre vários autores e proposições teóricas para responder à pergunta do título, articulada sobretudo com a discussão do modelo de historiografia literária de Candido, ainda que considere também outros autores e as diluições do modelo crítico no ensino de literatura.

Dessa forma, o texto estimula um exame da composição de forças e das hegemonias conceituais no campo do estudo da literatura no Brasil, partindo do desconcerto gerado por aquilo que caracteriza como a persistente e peculiar resistência à teoria nos estudos literários locais. Qual seria a função da afirmação de exterioridade ou oposição à teoria, se, como já observado por críticos das mais variadas correntes, ela parece ser invencível, estando desde sempre presente, inclusive na elaboração de qualquer resistência a ela? “Indaguemo-nos, pois, aqui”, pergunta o artigo, “pelo que é que resiste, afinal, nessa resistência à teoria insistentemente ecoada, ao modo de profissão de fé, nos estudos literários no Brasil”. Não por acaso, a noção de fé ou crença parece mesmo estar em operação em vários dos impasses relatados no artigo, como nas demandas por devoção à literatura, ao brasileiro, à formação, sugerindo ainda como em Candido o “direito à literatura”

se confunde com o direito à formação, isto é, com o direito à sujeição a um processo pedagógico e civilizatório que tem a "literatura brasileira" como instrumento. Cruzando, de maneira por vezes surpreendente, Abel Barros Baptista, João Adolfo Hansen, Roberto Reis e Paulo Franchetti, entre outros, a reflexão desemboca em reformulações importantes de noções como cânone, ensino e teoria, e da relação de cada uma com a crença na "especificidade da literatura". Nesses cruzamentos, o texto procura caracterizar, de um lado, a "violência canônica" de tipo candidiano – violência exercida, aponta o autor, igualmente contra as obras incluídas e excluídas do arquivo por ele; e, de outro, o ranço e a cegueira ideológicos (idealistas, elitistas, patriarcais, nacionalistas, bandeirantes, etnocêntricos e autoritários) que ao mesmo tempo constituem e explicam a própria resistência em questão.

Por fim, no último texto da seção de artigos do dossiê, o conceito de formação é revisitado. "A formação como nacional-ocidentalização", de Alfredo César Melo, propõe que a literatura no Brasil, de acordo com a perspectiva candidiana, é agente de sua nacional-ocidentalização, subalternizando e enquadrando seus povos não ocidentais. Nessa linha, a crítica ao modelo candidiano de formação não tem como preocupação principal a proteção da literatura de injunções políticas, sociológicas ou historiográficas, como às vezes se vê; a crítica parte, ao contrário, da atenção à hierarquização das culturas dos povos não ocidentais no país durante a consolidação do sistema literário, identificando como problema central da elite local o "mal-estar desse complexo afro-índio, uma espécie de potência não ocidental que assombrava o letrado brasileiro". Ainda que o artigo perceba complexidade e ambivalência no interior do pensamento de Candido, incluindo diferenças significativas entre "Literatura e subdesenvolvimento", "Literatura de dois gumes", *Iniciação à literatura brasileira* e a *Formação*, a conclusão é que, "no seu momento mais utópico", isto é, quando "formações alternativas são conjecturadas, Candido não consegue superar o horizonte do colonialismo, cabendo a ele, como gesto mais radical, apenas imaginar um colonizador europeu benigno e tolerante". O artigo explicita, assim, o modo como uma função civilizadora e colonizadora é atribuída à literatura na obra de Antonio Candido. Ao fazê-lo, discute as consequências dessa atribuição, sugerindo que Candido tanto dá a ver o confronto cultural (coisa que outros autores vinculados ao paradigma da formação não fizeram, na avaliação do autor) como aposta em (ou deseja) sua superação em termos ainda coloniais: Candido deseja o bom colonizador, integrador e dialógico, não supondo alternativa desejável para além da nacional-ocidentalização devedora da colonização. A conclusão permitirá ainda que o artigo ensaie um movimento derradeiro, também incomum na fortuna crítica, aproximando Antonio Candido e Gilberto Freyre.

• • •

Além desses sete artigos que responderam à chamada aberta e que foram selecionados para o dossiê, este número da *Criação e crítica* traz ainda contribuições de seus editores. A primeira é a tradução de "O método crítico de Antonio Candido", de João Camillo Penna, realizada por Lúcia Ricotta V. Pinto. Publicado originalmente em inglês em 1997, no volume IV do periódico *Santa Barbara Portuguese Studies*, o ensaio de Camillo Penna é uma extensa e rigorosa especulação sobre o problema da diferenciação do estético e suas formas de superação no método candidiano de articular a exterioridade social ao texto. Em Candido, os fins estéticos configuram, com seu princípio de generalização, uma transfiguração estruturalmente ideológica dos "sujeitos políticos" reais, fazendo com que estes drasticamente desapareçam no horizonte da formalização artística.

O ponto de João Camillo Penna consiste em afirmar que Candido realiza no Brasil o processo da *Aufklärung* no domínio do conhecimento literário, delimitando um objeto próprio para a crítica e lançando as bases de sua autonomia, autoconsciência e reflexividade no "duplo movimento" de diferenciação interna e externa e, paralelamente, de incorporação da realidade social. Ao realizar o escrutínio de categorias e postulados do percurso metodológico candidiano, sublinha impasses ético-políticos em seu empenho de produzir literariamente o Brasil e o caráter de sua literatura como representação. Nesse sentido, questiona o que foi deixado do lado de fora da representação, ou "a condição de possibilidade de um fora" não incorporado a essa nacionalização, que sempre se pretendeu integracionista. Problemático também, ao ver de Camillo Penna, se torna o pensamento naturalizado sobre a subjetivação (sujeitada) de uma comunidade periférica no seio da integração orgânica com o Ocidente, pois não só deixa de denotar o "intrínseco colonialismo" na "Outrificação" (*Othering*) e "ventriloquia do subalterno" como silencia o aniquilamento ostensivo de populações indígenas e escravizados africanos no processo de transplantação da cultura europeia nas Américas.

O ensaio explora ainda os impasses da *forma* virando *formação*, no cruzamento de uma tradição dos ensaios de formação no Brasil com a própria formação da literatura, num sistemático processo de exclusão de obras e gentes. A autonomização cultural do Brasil distinguida no modelo autobiográfico do "romance de formação" – primordialmente configurado entre nós em *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco, e estendendo-se por *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior –, formam o Brasil como o efetivo sujeito nacional e, neste caso, como o próprio sujeito da literatura brasileira ou, em sua formulação, acabam formando "a literatura brasileira como sujeito". Camillo Penna considera que, em um sistema que prescreve a *existência* literária apenas para as "formas civilizatórias em sua pureza", "o que é externo (Gregório ou todas as formas que não correspondam ao modelo da alta cultura) necessita ser incorporado à rede de um sistema a fim de adquirir realidade, não a realidade objetiva, mas a realidade interna ao sistema". Há, contudo, um

volume de apreciações importantes sobre o esquema candidiano, sobre o caso de superação de Machado de Assis na literatura brasileira e sobre o ensaio “Dialética da Malandragem” como modelar do método candidiano. Ao fim e ao cabo, se demonstra como a contrapartida do sistema literário a uma literatura desde sempre “pobre e fraca” inscreve, no pensamento crítico e na experiência formativa no Brasil, a objetificação política e epistemológica da vida dos outros marginalizados, sujeitos em sua própria história e realidade. As últimas linhas do ensaio, consoante aos esforços deste dossiê de colocar Candido em questão, sugerem uma perspectiva atual sobre o autor, a partir do duplo (ou do avesso) em seu método: “a estrutura dupla de um mundo sem exterior, em que se está sempre dentro de algo, invariavelmente conectado com algo de um sistema de relações diferenciais, onde o exterior está continuamente voltado para dentro. Essa afirmação, se radicalizada, torna-se reversível: um mundo sem exterior significa que tudo está fora e que o mundo não tem interior. A reversibilidade das duas séries pode ser uma boa proposição a partir da qual começamos a repensar Candido desde uma perspectiva contemporânea”.

Outra editora deste número, Anita M. Rodrigues de Moraes, publica aqui uma resenha da antologia *Antonio Candido 100 anos*, de 2018, organizada por Maria Augusta Fonseca e Roberto Schwarz. A resenha passa em revista muitos textos presentes na antologia, um livro composto, como observa a autora, por um conjunto bastante heterogêneo de textos, desde “estudos aprofundados, densos e instigantes” a “apontamentos superficiais, por vezes apenas laudatórios”, destacando os textos de fato críticos contidos no volume, pontuando questões particulares apresentadas por eles e chamando atenção para os problemas postos, sem descuidar do aspecto do encômio de alguns textos, orientados para a defesa e divulgação da “excepcionalidade” do homenageado, da qual os autores dão testemunho. Dessa forma, a resenha contribui para o debate crítico a respeito do legado candidiano e de seus lugares-comuns.

É possível entrever ainda, nas descrições da composição da coletânea, um argumento a favor da necessidade da publicação dos artigos reunidos aqui, neste número. Pois quase não aparecem na coletânea, apesar de seu tamanho, com 37 autores e quase 500 páginas, referências a “estudos críticos ao pensamento de Candido, cuja produção tem sido discutida há décadas”, pelas mais variadas correntes da crítica literária brasileira (quando aparecem, são identificados como “erro”, “tolice” e exemplo de “má vontade crítica”). Em muitas ocasiões, nas acusações de má fé dirigidas ao dissenso ou na exposição singela da convicção de que bastaria *ler* a obra de Antonio Candido para chegar às conclusões já referendadas pela herança predominante, a ideia parece ser que a concordância prévia seria uma *condição* para a leitura, incluída aí a proximidade com determinados pressupostos teóricos e suposições filosóficas e até certo léxico comum e estilo de escrita (a concordância posterior, após a leitura, seria a comprovação da qualidade da leitura).

A resenha observa que o autor homenageado é indicado na coletânea como *modelar* – em sua escrita e sua prática didática, em seu senso de humor e em sua modéstia, em sua política e sua moral –, aproximando-nos de explicações para a dificuldade na coletânea de se ler o dissenso, certa alergia ao gênero inquisitivo, o "bloqueio à investigação e à crítica", a pouca frequência com que se é "tomado pela curiosidade, pela vontade de pensar", atitudes intelectuais "que alguns textos da coletânea tendem a desencorajar". A resenha volta à questão em sua última frase, na qual indica que uma leitura a contrapelo da abundância e riqueza de materiais oferecidos pela coletânea permitiria ao "leitor escolher, ao porto seguro das certezas, o risco das perguntas – nisso emulando, talvez, o próprio homenageado" (onde a ressalva do advérbio não é insignificante: talvez!).

Por fim, na seção reservada a "Exercícios de estilo", o texto de Marcelo Moreschi apresenta a performance *A Espírita do Ocidente em busca de nova morada*, realizada pelo Grupo de Estudos da Deriva na UNIFESP em 2018 para perturbar um evento em homenagem a Antonio Candido. Além de explicitar a "pedagogia subjacente" ao "gesto iconoclasta" que buscava confrontar a "incapacidade de desnaturalização dos próprios pressupostos amplamente ostentada com orgulho pelos adeptos da socioglossia" (onde o orgulho da ostentação da incapacidade de desnaturalização é um aspecto decisivo), a escrita formalmente busca atualizar a intervenção de 2018, fazendo com que o leitor primeiro atravesse um texto que parece se desmontar para, apenas em seguida, entender o procedimento em jogo – "embaralhar um texto para desmobilizar (em vão) o *logos*". Assim, ao começar "pelo fim" e ao intercalar o relato dos eventos performáticos com sua contextualização, o rendimento teórico vai-se produzindo paulatinamente, em especial com a formulação do conceito de "socioglossia". Trata-se de apontar que a recorrente atribuição de viés sociológico à crítica literária candidiana tende a esquecer (apagar) a discursividade da sociologia, surgindo uma suspeita noção de "exterioridade": "a crítica sociológica tem muito pouco de sociologia, pois toma textos como dados extratextuais e transforma a sociologia em alicerce metafísico". Como sugere o autor, a suposta exterioridade não passa de naturalizado discurso sociológico ancorado numa sociabilidade particular: "é realmente difícil separar a teoria socioglóssica da Socioglossia de Paróquia, uma vez que uma depende da outra para validação recíproca. A teoria só se impõe como convincente porque há uma patota fanática e acrítica sempre disposta a defendê-la e disseminá-la".

• • •

Por mais que seja compreensível, dada a história das instituições acadêmicas locais, a abundância de publicações e eventos encomiásticos ou laudatórios dedicados a Antonio Candido, esta publicação visa contrapor-se ao automatismo das constelações afeitas a tal institucionalização, demonstrando que a divergência não resulta da ausência de leitura ou,

necessariamente, de “tolice”. Ao contrário, a divergência e o dissenso são sinais de que leituras continuam a acontecer. Eles são, na verdade, a própria condição de possibilidade da leitura, evidências de que as possibilidades de redescrição da obra não se esgotaram. A aposta é, portanto, a de que algo possa acontecer durante a análise da obra de Antonio Candido, em particular quando esta se contrapõe a legados distantes daquela que poderia ser identificada como sua família crítica.

Há também, aqui e ali, perplexidade diante do presente estado de coisas, tanto com as formas atualizadas de fascismo quanto com a reafirmação das demandas de homogeneidade nas respostas a ele. Neste dossiê, o desconcerto não interditou a possibilidade de que viessem a ser explicitados argumentos a favor de diferentes formas de se distanciar do legado de Candido, além de motivos diversos para fazê-lo, ainda que se reconheça o aspecto paradoxal de qualquer noção de abandono (a começar pela reivindicação, nesse gesto, de afastamento *ao mesmo tempo em que se lê*, com atenção, como acontece aqui, a obra do autor). Mesmo assim, a manutenção dessa possibilidade parece necessária, inclusive para pensar as diferentes formas de abandono.

Anita M. Rodrigues de Moraes (UFF)
Lúcia Ricotta V. Pinto (UNIRIO)
Marcelo Moreschi (UNIFESP)
Marcos Natali (USP)

Maio de 2020